

ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2022

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois pelas dez horas e quarenta e cinco minutos no Grande Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 1ª sessão extraordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa determinou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Alexandra Cristina Santos Freitas, Ana Margarida Leonardo Fortuna, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Cidália de Lurdes Correia Parreira, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Elias Manuel Ferreira Coelho, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, João Carlos Amador Lopes Mateus, João Carlos de Castro Tavares, João Manuel Machado Enes, João Paulo da Costa Moniz, José Luís Ferreira Parreira, José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona, Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Paulo Alexandre Ávila Fagundes, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

Alberto Gonçalves de Melo, Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba, Carlos Henrique da Costa Neves, César Alexandre Pacheco Medeiros, Glória Maria Amaral de Melo, Guilherme Carlos da Rocha Bizarro, Luís Carlos Cota Soares, Luís Miguel Melo Machado, Luísa Brasil Peixoto Lourenço, Luísa da Costa Barcelos, Maria do Livramento Borges Rocha, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa, Mário José Martins Cardoso, Paulo Duarte Gomes, Rómulo Ficher Correia.

GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

André Melo Castro, João Alexandre de Sousa Barata Feio de Oliveira.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO:

Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim, Maurício Manuel Lima Toledo, Paulo Alexandre Silva Lima, Pedro Jorge Escórcio Fins, Sandra Maria de Sousa Garcia.

Sr. presidente da Mesa – Muito bom dia senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores.

Vamos dar início a esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sequência de um pedido que foi formulado pelas bancadas municipais do Partido Socialista e da Coligação e que tem como ponto único da convocatória os transportes e acessibilidades à ilha Terceira.

A senhora segunda secretária da Mesa Rita Belo Santos pediu a sua substituição por razões profissionais, por isso solicito à bancada do Partido Socialista que indique quem poderei chamar para completar a Mesa desta Assembleia.

A senhora deputada municipal Marília Vargas da bancada do grupo municipal do Partido Socialista indicou o nome da senhora deputada municipal Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira para assumir o lugar de 2ª Secretária da Mesa.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções por parte do público.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. presidente da Mesa – Antes de iniciarmos propriamente a apresentação e o debate do ponto único desta sessão e sendo esta a primeira Assembleia que se reúne no novo ano, gostaria de saudar todas as senhoras e os senhores deputados municipais, o senhor presidente da Câmara e as senhoras e os senhores vereadores. Desejo um bom ano a todos, assim como um bom trabalho e muito sucesso no desempenho e alcance dos objetivos que são comuns e que cada um traça para o desenvolvimento do nosso concelho. Desejo a todos muitas felicidades individuais, familiares e políticas, esperando que este novo ano nos traga novas esperanças e realidades para podermos ultrapassar estas fases menos boas que temos vindo a passar desde há cerca de dois anos.

Permitam-me que saúde ainda a comunicação social aqui presente, a escrita e a falada, sobretudo a televisão que também está presente nesta sessão da Assembleia Municipal, cujo significado é de enorme importância e relevância para o concelho de Angra do Heroísmo, para a ilha Terceira e também para a região. Obrigado pela vossa presença e bom trabalho.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Sr. presidente da Mesa – Passo a ler o ponto único que consta da convocatória desta sessão da Assembleia:

“Ponto Único – Pronúncia, por iniciativa própria, sobre assuntos de interesse para a ilha Terceira e para o concelho de Angra do Heroísmo em particular.”

A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua reunião extraordinária de 04 de fevereiro de 2022, analisou, ao abrigo da alínea n) do artigo 2.º do seu Regimento, a situação relativa aos transportes aéreos e marítimos e às respetivas infraestruturas de apoio, bem como as suas implicações, em particular, para o concelho de Angra do Heroísmo, mas também para a Ilha Terceira e para o interesse geral dos Açores.

Considerando que passou mais de um ano sobre a tomada de posse do XIII Governo Regional dos Açores e mais de três anos sobre a anterior pronúncia, que potenciou a resolução de algumas das questões abordadas, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo entende ter chegado o momento de, com a máxima urgência, uma vez que os prejuízos para as pessoas e para a economia do concelho, da ilha e dos Açores a isso obrigam, pronunciar-se acerca do seguinte conjunto de situações atuais que exigem, por parte do Governo Regional dos Açores e do Governo da República, as indispensáveis soluções:

I – TRANSPORTES AÉREOS

a) O Governo Regional deve reforçar as ligações aéreas diretas da ilha Terceira com o estrangeiro, minimizando a disparidade de voos internacionais existente em relação a outra das Gateways da Região. Veja-se que enquanto para o aeroporto de Ponta Delgada as ligações são de 22 origens de voos, por 10 companhias, para o aeroporto das Lajes temos uma desproporção enorme evidenciada por apenas 3 companhias e 5 origens de voos. Das novas rotas anunciadas para o verão IATA 2022, Terceira-Londres e Ponta Delgada-Londres / Paris / Nova Iorque, apenas 5% das frequências (8 em 150) e dos lugares disponíveis (1.440 em 25.480) têm por destino as Lajes. Esta desproporção não tem explicação na diferença de população entre as ilhas. É, portanto, essencial a canalização de voos para a Ilha Terceira, uma vez superadas as restrições que impediam o uso potencial do aeroporto das Lajes,

assim se assegurando o efetivo aproveitamento da centralidade natural e sustentável da Ilha Terceira, abrindo alternativas melhores ao encaminhamento de passageiros e permitindo ainda o alavancamento do turismo nesta ilha e nas restantes ilhas dos Açores.

b) O Governo Regional deve investir na divulgação correta da Certificação Civil do Aeroporto das Lajes junto de todas as entidades nacionais e internacionais, através dos canais próprios, bem como desenvolver ações que promovam a angariação de novos fluxos turísticos para a ilha Terceira, junto das companhias aéreas e operadores turísticos.

c) O Governo Regional deve, de imediato, avaliar o impacto provocado pela liberalização dos transportes aéreos, entre o exterior e os Açores, no preço das passagens inter-ilhas e na alteração das centralidades e, em consequência, definir as necessárias medidas compensatórias à garantia de acessibilidade de não residentes de e para todas as ilhas (vulgo encaminhamentos).

d) O Governo Regional deve estudar, de imediato, a oferta de uma tarifa turística que estimule a circulação de não residentes pelo arquipélago.

e) O Governo Regional deve assegurar tarifários competitivos no Aeroporto das Lajes, nas ligações entre as ilhas e com o Continente, tornando o aeroporto atrativo para as companhias aéreas e operadores turísticos.

f) O Governo Regional deve antecipar uma solução para a manutenção das ligações aéreas low-cost para a Ilha Terceira, uma vez que é do conhecimento público que o Governo da República não continuará a financiar a operação da Ryanair.

g) O Governo Regional deve assegurar o serviço de um avião cargueiro inter-ilhas para garantir o escoamento e a distribuição da carga aérea.

II - TRANSPORTES MARÍTIMOS

a) As ilhas do Grupo Central e Ocidental no seu conjunto têm uma população que ultrapassa os cem mil habitantes. Como tal, o progresso económico e o desenvolvimento das mesmas exige um reforço e melhoria das ligações marítimas entre elas, de modo a permitir o transporte regular e estável de pessoas, viaturas e mercadorias, valorizando assim a vocação

produtiva das ilhas e a interação unificadora e criativa das populações, na construção de um verdadeiro mercado interno.

b) As ligações inter-ilhas são, como foram no passado, cruciais e o Governo Regional deve retomar o transporte marítimo assegurado de forma regular e previsível em todo o arquipélago, mantendo todas as linhas que permitam ligar a Ilha Terceira às restantes ilhas da Região, complementares ao transporte aéreo, potenciando o mercado interno e contribuindo para criar economias de escala, alavancar a economia e aumentar emprego.

c) Nos termos do compromisso assumido, o Governo Regional deve promover a imediata ampliação do Porto da Praia da Vitória, permitindo a sua utilização enquanto Cais de Cruzeiros, realizando os trabalhos preparatórios atempadamente, para que a empreitada arranque em 2023.

d) O Governo Regional deve construir uma gare de passageiros adequada às condições de operacionalidade do Porto de Pipas, dinamizando a centralidade deste para o transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas e nas diferentes linhas.

e) O Governo Regional deve rever o atual modelo de transporte marítimo de mercadorias entre os Açores e Portugal continental e também inter-ilhas de modo a potenciar as ligações diretas com a Praia da Vitória, adotando para o efeito uma política competitiva de tarifas portuárias. O Governo da República deve integrar o porto da Praia da Vitória nas autoestradas marítimas europeias potenciando a centralidade histórica da Ilha Terceira nas rotas atlânticas.

f) O Governo Regional, no seguimento da instalação, em 2020, da segunda grua portuária, deve continuar a equipar o porto da Praia da Vitória e os restantes portos do Grupo Central com as gruas e os equipamentos necessários ao eficiente e competitivo manuseamento de cargas.

g) O Governo Regional deve utilizar as melhorias preconizadas nos pontos anteriores para promover o investimento produtivo nas zonas industriais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

III - QUESTÕES RELACIONADAS COM OS TRANSPORTES

- a) O Governo da República deve potenciar melhorias no transporte de carga aérea entre o continente e as ilhas, selecionando, em articulação com o Governo Regional, a intervenção mais adequada à prestação de serviço de qualidade: a liberalização parcial de rotas ou a divisão dos Açores em zonas que sejam mais apetecíveis em termos de concurso público.
- b) O Governo da República através da ANACOM deve exigir prazos mais curtos para a entrega da carga postal em todas as ilhas da região, fazendo-a convergir para os padrões internacionais de referência.
- c) O Governo da República deve criar condições com os CTT para a retoma do desalfandegamento postal na ilha Terceira.”

Sr. presidente da Mesa – É este o documento de pronúncia por iniciativa própria que faz parte da Ordem de Trabalhos desta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. Lido o respetivo documento, estão abertas as inscrições sobre o assunto.

Sra. d. m. Marília Vargas – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e caros elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais, membros da comunicação e todos os demais que nos estarão a ouvir.

É com grande satisfação que, mais uma vez, o grupo municipal do Partido Socialista participa numa união de forças partidárias por parte desta Assembleia em defesa dos interesses da ilha Terceira.

Como sabem, a pronúncia da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 11 de maio de 2018 nasceu de um voto de protesto do CDS-PP acerca dos transportes e acessibilidades à ilha Terceira que culminou num documento construtivo por parte de todas as forças partidárias desta Assembleia, contendo um conjunto de reivindicações dirigidas principalmente ao Governo Regional. Ainda bem que criámos esse documento porque a nossa voz foi ouvida e na altura foram conseguidas diversas ações em benefício do nosso concelho e da ilha Terceira. Entretanto, com a mudança do governo, surgiram outras problemáticas como: o final dos reencaminhamentos aéreos inter-ilhas, a diminuição das ligações aéreas internacionais e o fim da rota marítima sazonal inter-ilhas, situações que, não sendo imediatamente resolvidas, resultarão num impacto económico catastrófico para o concelho e para a ilha Terceira.

Dado que estes temas abrangem toda a ilha Terceira e não apenas o nosso concelho, deixo aqui o apelo para que esta pronúncia seja também levada ao Conselho de Ilha e assim possamos lutar de forma mais veemente pelos interesses da nossa ilha.

Quero agradecer a todos os senhores deputados municipais pelo facto de nos unirmos mais uma vez em torno desta causa, não esquecendo o líder da bancada da coligação, doutor Costa Neves, pela maneira simpática, cordial e convergente com que elaborámos este documento. Apesar de não se encontrar hoje aqui presente por razões profissionais, agradeço também ao doutor Nuno Melo Alves pela sua coerência relativamente a este tema. Agradeço ainda ao senhor presidente da Assembleia Municipal por ter acedido a este pedido da bancada do Partido Socialista com vista à realização desta sessão extraordinária da Assembleia Municipal.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados à Assembleia Municipal.

Estamos aqui na sequência de trabalhos iniciados em 2018, mantendo a coerência das posições assumidas pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. Tal como aconteceu há quatro anos, desde a primeira hora entendemos que todos devíamos fazer um esforço para chegarmos a soluções de compromisso que exigem cedências de parte a parte, espírito de diálogo e respeito mútuo, o que se verificou durante esta negociação, quer internamente nos partidos da coligação, quer com os representantes do Partido Socialista, nomeadamente através da líder da bancada Marília Vargas, que aproveito para cumprimentar.

Como sabem, até chegarmos a uma solução de compromisso, é preciso passar por várias versões e o que acabou por nos unir foram os superiores interesses da ilha Terceira que nunca poderão deixar de ser também assumidos como os superiores interesses dos Açores. Sei que, por vezes, se colocam conflitos de interesses diretos ao nível das ilhas, que nada têm a ver com algo que possamos condenar ou depreciar, mas é certo que existem também interesses ilegítimos e todos temos o direito de lutar pelos interesses legítimos dos Açores.

Uma das minhas preocupações e também da bancada da coligação, é que não estamos aqui para exigir ou determinar o que quer que seja para o interesse direto e exclusivo do concelho de Angra do Heroísmo e da ilha Terceira. É óbvio que, em primeira análise, somos deputados da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, mas como se pode constatar pela resolução que o senhor presidente da Mesa acabou de ler, tudo isto é essencial também para a região autónoma dos Açores.

É importante o aproveitamento da centralidade da ilha Terceira e das estruturas aqui existentes na área dos transportes, um autêntico sistema circulatório que aproxima todas as ilhas. A região deve poder contar com aquilo que a Terceira pode oferecer em termos da sua centralidade e capacidade de resposta na área do transporte aéreo e marítimo. As potencialidades da ilha Terceira podem servir também todo o arquipélago com enormes impactos na área económica e social, na fixação de população e na capacidade de criação de emprego.

Não faz qualquer sentido que se concentre numa só ilha os negócios, os tratamentos de saúde, os empregos, os estudos e toda uma série de elementos essenciais, quanto tudo isto pode ser distribuído por várias ilhas de acordo com as suas vocações e capacidades. É

exatamente isso que procuramos com esta resolução que, obviamente, não contém tudo aquilo que a coligação e a bancada do Partido Socialista desejariam, mas contempla um conjunto de soluções que abrangem, pelo menos, 90% das nossas convicções.

O único ponto desta resolução que nos motivou alguma divergência, se assim posso dizer, mas que culminou numa solução mutuamente conveniente, tem a ver com a forma como devem ser tratados os cidadãos não residentes que se deslocam aos Açores e pretendem circular entre as ilhas. Como sabem, até há bem pouco tempo, o custo dessa deslocação era inteiramente assumido pela companhia SATA Azores Airlines. Ninguém mais o assumia, era a SATA que metia passageiros a circular gratuitamente nos seus aviões. Essa solução não tem pernas para andar, até porque a SATA Air Açores é um elemento fundamental no transporte inter-ilhas, mas conseguimos uma redação para esta pronúncia que corresponde ao essencial que é a necessidade de alimentar essa circulação.

Dito isto, congratulando-nos pelo facto de estarmos hoje aqui reunidos nesta Assembleia Municipal com a presença do senhor presidente da Câmara Municipal, dos senhores vereadores e dos representantes de todas as juntas de freguesia do concelho, a tratar de assuntos que são essenciais para o arquipélago dos Açores.

Visto que são ultrapassados os limites do concelho de Angra do Heroísmo, já que as duas infraestruturas principais de transportes estão localizadas no concelho da Praia da Vitória servindo a ilha Terceira, gostaria de manifestar a minha concordância com o que foi sugerido pela senhora deputada municipal e líder da bancada do Partido Socialista, Marília Vargas, no sentido de prolongarmos esta discussão no Conselho de Ilha, fazendo chegar ao Governo Regional a proposta que aqui estamos a debater, não só através da comunicação social, que aqui cumprimento, mas também pela via formal.

Sr. d. m. André Castro – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

É com grande satisfação que assisto, nesta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, a uma união de esforços e convergências por parte de todos os partidos aqui representados na defesa dos interesses do nosso concelho, da ilha Terceira e dos Açores em geral.

Este é um documento muito importante que nos permitirá alcançar instrumentos que levarão a um melhor desenvolvimento económico e social da nossa terra. Contudo, e como referiu a senhora deputada Marília Vargas, estas reivindicações não são novas e vêm no seguimento de uma matéria já aqui debatida em 2018 por iniciativa da bancada municipal do CDS-PP que resultou num documento consensual que foi aprovado por unanimidade.

Reconhecendo que muito há ainda a fazer, o mais importante a salientar é a conjugação de vontades de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia em torno de um objetivo comum com vista à melhoria dos transportes e acessibilidades à nossa ilha.

Sr. d. m. Tomaz Dentinho – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante executivo, Exmos. membros dos vários grupos parlamentares desta Assembleia Municipal.

Estou a aprender aqui na política ao encontrar estes consensos e agradeço a grande paciência do grupo parlamentar do PSD/CDS-PP/PPM ao interagirem comigo e naturalmente com o grupo parlamentar do PS.

Houve aqui alguns apores mas não gostaria de deixar passar este momento sem lembrar algo que, creio estar longe da perspetiva desta Assembleia e dos açorianos, trazido um pouco pelo início da autonomia e pela ideia, muito francesa, de continuidade territorial que está claramente errada porque há alternativas melhores para a Terceira.

Há bens públicos e bens privados, há bens comuns e bens privativos que são aqueles que na América não nos deixam ir a todas as praias tomar banho. Os bens públicos são, normalmente e bem, tomados por um Estado não totalitário, o mercado trata dos bens privados, e as instituições, a família, os impérios, etc., resolvem o problema dos bens comuns. Os transportes são bens mistos, assim como a saúde, a educação e muitos outros, em que existe uma parte privada e uma parte pública, havendo algumas adaptações a fazer consoante as situações e a geografia.

No caso dos transportes, há uma clara diferença entre as infraestruturas, as estradas, os aeroportos e os portos, que são públicos, e o transporte em si que é tendencialmente um bem privado. Se me subsidiam para ir daqui a S. Miguel ou a Lisboa, estão todos naturalmente a coletar a minha viagem. Quando o objetivo é a garantia da acessibilidade, um elemento fundamental nas ilhas, não é óbvio que o Estado seja a solução. Tê-lo-á sido no início pelo monopólio – porque os privados sozinhos não resolviam o problema – e sê-lo-á eventualmente ainda para algumas ilhas como o Corvo, com a provisão daquele avião da Força Aérea, mas não é óbvio que o Estado seja sempre a melhor solução para todos; por isso é que falei da liberalização dos transportes aéreos para o continente que foi uma revolução para a região e revelou os Açores como destino turístico.

Demoraram quinze anos a liberalizar o transporte aéreo para o continente e atrasámos a possibilidade de termos um *boom* turístico mais agradável. Notou-se isso quando se liberalizou em S. Miguel em 2014, só em 2015 se liberalizou para a Terceira e a ilha começou a crescer.

A liberalização funcionou no caso do transporte de S. Miguel e da Terceira para o continente mas há outro modelo, o do «Camentalismo» que tornou os alemães grandes, em que o benefício deve ser igual ao custo marginal que pode ser atingido pela liberalização ou através do bem público que temos. Se adotássemos esse modelo, não haveria certamente diferenças entre as pessoas que vêm de fora e as que circulam cá dentro. Toda a gente viajaria entre as ilhas por 60 euros, ou eventualmente um pouco mais, no caso de haver dois toques.

O igualitarismo geográfico não existe em parte nenhuma; como estamos a ver, a sua imposição aqui leva ao centralismo e à subsídio cruzada de uma só empresa que a ilha maior tende a concentrar. Se formos ver, os dramas da SATA aceleraram quando eles,

abusivamente, deixaram de realizar 36 toques na Terceira. Como tinham apenas 24 toques em S. Miguel, forçaram para aumentar o número de toques naquela ilha e a dívida da SATA subiu.

Não é neutra a atuação da SATA em termos do número de voos que fazem. Podemos tomar estas medidas aqui pontualmente, porque é o nosso papel do ponto de vista da sociedade, mas temos que perceber que há modelos de solução que devem ser estudados e poderão eventualmente resolver melhor os problemas, como foi o caso da liberalização dos transportes aéreos para o continente. Se não o fizermos através da liberalização, devemos ao menos ter em conta que as tarifas únicas para toda a região prejudicam a solução ótima e tornam todas as tarifas mais caras. Havendo apenas uma companhia centralizada em S. Miguel, aquela ilha acaba naturalmente por sair beneficiada.

Vou aprovar isto com todo o gosto, percebendo o diálogo e a importância deste alerta para a ilha Terceira, mas lembro que este modelo assume o transporte como um bem público, havendo certamente uma parte pública e outra privada. Se não puder ser liberalizado ou ajustado, por não ser possível manter a acessibilidade a uma ilha ou a outro local com regularidade – que não me parece ser necessariamente o caso – ao menos que isto seja estudado e esse estudo não é referido neste texto. As palavras são um bocadinho diferentes, consta o impacto da liberalização dos transportes para o continente e a redefinição do custo dos transportes inter-ilhas. Fico muito contente que alguns dos princípios estejam aqui incluídos, mas temos a evidência do que acontece nas Canárias e do que aconteceu aqui.

A abordagem da solução dos transportes nos Açores terá eventualmente que partir de um paradigma um pouco diferente para resolver o problema dos açorianos e assumir a centralidade natural da ilha Terceira em termos de transportes aéreos e marítimos.

Sr. presidente da Câmara – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores vereadores.

Da parte da Câmara Municipal e ao jeito de participação neste debate, é de louvar o extraordinário diálogo que foi possível estabelecer entre todas as forças partidárias aqui presentes e também o trabalho de coordenação exigido ao senhor presidente da Assembleia Municipal.

Lembro que estamos a iniciar o terceiro mandato e desde que assumi as funções autárquicas há oito anos, esta matéria tem sido uma das nossas maiores preocupações. Tem-se mantido no topo das questões tratadas em reunião de Câmara e motivado diálogos entre os diversos parceiros das áreas, económica e social, merecendo também um tratamento muito digno por parte de todas as forças políticas.

À semelhança do que aconteceu no ano de 2018 quando estas questões tiveram uma maior presença pública, foi também agora possível estabelecer um diálogo sério em todos os lados na busca de respostas e soluções que muito dignificam os órgãos do nosso município e o concelho em geral, um bom exemplo a todos os títulos daquilo que deve ser o entendimento entre forças partidárias. Fica aqui o meu agradecimento à liderança das bancadas da coligação e do Partido Socialista pelo excelente trabalho feito.

Quero manifestar também a disponibilidade da Câmara Municipal como parte da solução e participação neste diálogo com os diversos grupos parlamentares aqui representados e com o Governo Regional, quanto tal for adequado.

Esperemos que este seja mais um passo dado no sentido das melhores soluções para as acessibilidades à ilha Terceira. O meu muito obrigado às duas lideranças políticas envolvidas neste processo e também ao senhor presidente da Assembleia, lembrando mais uma vez o extraordinário trabalho que foi aqui feito.

Sra. vereadora Sandra Garcia – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhores membros da Assembleia, senhores jornalistas aqui presentes.

Não poderia deixar de participar neste debate, expressando o meu voto de congratulação em nome dos vereadores da coligação e também como cidadãos, por este exemplo do que deve ser a democracia. É esta elevação no debate que os angrenses, os açorianos e todos os cidadãos em geral, esperam dos seus representantes políticos. Sempre que as forças políticas põem os interesses dos cidadãos à frente dos interesses partidários, a população reage, reconhece e mostra um novo olhar àquilo que deve ser a democracia.

Numa lufada de ar fresco e de fé perante as reações obtidas em 2018, estou certa que as pessoas não deixarão de reagir também agora e congratulo-me pelas medidas concretas que este documento encerra, realçando o trabalho feito por todos os envolvidos das duas bancadas. As pessoas precisam de medidas concretas e elas estão aqui bem patentes no aproveitamento do que deve ser a centralidade da ilha Terceira para servir, não só o grupo central, mas todo o arquipélago dos Açores.

Como dizia o senhor deputado Carlos Costa Neves, o melhor para a Terceira, é indubitavelmente também, o melhor para os Açores e não queremos que o teor deste documento seja visto como uma posição, muitas vezes empurrada para o espectro do bairrismo, com a intenção de nos silenciar. Estamos atentos, sabemos o que precisamos e vamos defender as expectativas das nossas populações como é bem demonstrado por esta posição única num tom de uma elevação tal, que deixa bem claro que isto é para o bem dos Açores. Com a centralidade da ilha Terceira, o sistema de transportes será muito mais eficiente e uma enorme alavanca para a economia.

Ao estudarmos este assunto, se falarmos com personalidades da ilha de S. Miguel, elas falarão também das suas queixas acerca do impacto da pegada ecológica no que diz respeito ao conforto dos cidadãos que se veem privados do acesso a determinados bens devido à invasão de turistas. Quero com isto dizer que o bom senso será sempre o melhor para os Açores e volto a congratular-me com esta postura de toda a Assembleia Municipal, não apenas em nome dos vereadores da coligação mas, acima de tudo enquanto cidadã, certa de que os angrenses também vos agradecerão. Muito obrigada.

Sr. d. m. José Miguel Toste – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, órgãos de comunicação social e demais presentes nesta Assembleia.

Juntando-me a esta congratulação pelo consenso aqui alcançado e já louvado por todos os grupos parlamentares desta Assembleia, acho por bem tomar a palavra para clarificar também a posição da bancada municipal do Partido Socialista relativamente aos encaminhamentos aéreos inter-ilhas.

Consta nesta pronúncia que o Governo Regional deve avaliar e definir as necessárias medidas compensatórias à garantia da acessibilidade por parte dos cidadãos não residentes nos Açores, de e para todas as ilhas. Concordamos com 100% do que está vertido neste documento mas a nossa posição pode divergir relativamente a estas medidas.

O grupo municipal do Partido Socialista é absolutamente contra o fim dos encaminhamentos inter-ilhas, uma posição já aqui assumida também por outros atores políticos deste município e da própria ilha. Refiro-me ao senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e à senhora presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória que tomaram uma posição conjunta contra a política do fim dos encaminhamentos aéreos já implementada, daí a necessidade de se procurar soluções alternativas que passem pela retoma do modelo anterior ou por outras políticas públicas que, no entender do grupo municipal do Partido Socialista, levem a um resultado idêntico, ou seja, que o custo suportado por um passageiro que se desloque à ilha de S. Miguel seja exatamente o mesmo, caso pretenda visitar outra qualquer ilha da região. Não haverá qualquer problema da nossa parte desde que se obtenha o mesmo resultado, mas estaremos contra qualquer decisão que resulte numa imputação de custos extra para os passageiros.

Volto a afirmar que este documento merece a concordância da bancada do Partido Socialista mas poderemos divergir quanto às soluções que venham a ser adotadas. A posição do PS irá sempre no sentido de uma política de encaminhamentos aéreos inter-ilhas que seja igual ou idêntica àquela que era anteriormente praticada, resultando num *interline*, como se tem falado ultimamente, ou noutra qualquer política que obtenha o mesmo resultado. O custo com um passageiro que saia de Lisboa com destino à ilha do Faial ou do Corvo deve ser exatamente o mesmo de um passageiro que viaje para S. Miguel ou para a Terceira.

Após o esclarecimento da posição da Aliança Democrática, deixamos também aqui bem claro que o objetivo do grupo municipal do Partido Socialista não é a defesa em si, mas o resultado obtido nos encaminhamentos aéreos inter-ilhas.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Volto a referir que, para chegarmos a esta solução comum, foi importante o entendimento entre a bancada do Partido Socialista e a bancada da coligação, da qual gostaria de salientar o grande envolvimento de dois elementos: o senhor deputado Tomaz Dentinho, que teve a oportunidade de intervir há pouco, e o senhor deputado Nuno Melo Alves que não está hoje aqui presente mas deu um contributo essencial para chegarmos a estas conclusões. Somos uma bancada mas somos também uma coligação, por isso, o seu a seu dono.

Quanto à questão que acabou de ser abordada acerca daquilo a que se costuma chamar «encaminhamento», se o texto aqui está é porque a solução mereceu consenso e foi esta a redação com que todos concordámos, mas uma coisa é o facto de concordarmos com o texto a 100% e a outra foram as cedências que todos fizemos para atingirmos essa concordância.

É importante distinguir os cidadãos residentes dos não residentes e aí a nossa posição é muito clara. Independentemente da ilha de destino, não deve haver agravamento de tarifa para qualquer pessoa residente nas Flores, em Santa Maria ou na Terceira, que deve pagar exatamente o mesmo na sua relação com Lisboa. Esse encaminhamento gratuito em relação aos residentes continua assegurado pelas obrigações de serviço público e a questão põe-se em relação aos não residentes, se preferirem, vulgo «turista». Não conheço em parte alguma do mundo uma companhia aérea que faça este tipo de transporte em relação ao turista de forma gratuita e à sua custa.

Tem que se encontrar uma solução que não pode ser aquilo que acontecia até agora em que alguém vinha na Ryanair até à ilha Terceira e depois resolvia muito legitimamente viajar de forma gratuita para o Corvo ou para as Flores sem que a SATA obtivesse qualquer benefício desse transporte.

Estas coisas resolvem-se em termos de política aérea com os chamados *interline* que não funcionam com os voos *charter*. O *Interline* é uma tarifa especial negociada entre duas companhias para que cada uma obtenha uma determinada percentagem da tarifa aplicada, o que não existia nomeadamente com as companhias de *low cost*. Há soluções do tipo *Azores Air Pass* ou qualquer coisa do género, mas nunca tal poderá ser feito à custa das companhias aéreas ou do Governo Regional e da República que não podem financiar esses custos. Alguma solução se vai encontrar mas temos que distinguir as situações dos cidadãos residentes e dos não residentes.

Não queria que ficasse a pairar a ideia de que este grupo parlamentar da coligação é contra o destino único Açores para os cidadãos residentes, que estão já permitidos por Bruxelas e pelas obrigações de serviço público, e aquilo que discutimos é a procura de uma solução para os cidadãos não residentes. Uma coisa é uma pessoa decidir vir passar uns dias de férias aos Açores, a outra é a circulação entre as ilhas porque não há almoços grátis e alguém tem que pagar isso. Da nossa parte, encontrámos uma redação que abrange as duas preocupações e quem tem que definir a política dos Açores, ficará confrontado com a nossa exigência a respeito de uma solução para estas situações.

Todos queremos cá turistas mas temos que contrariar a concentração de tudo o que é transporte marítimo e aéreo num *hub* em Ponta Delgada, porque tal não faz sentido geográfica, histórica, económica ou socialmente e estaremos sempre contra isso.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Muito bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros deputados municipais eleitos e demais público.

Como todos sabem, esta pronúncia foi objeto de discussão em 2018, muito foi já feito e muito está ainda por fazer. Há quantos anos não se fala do porto da Praia da Vitória e de uma maior acessibilidade e utilização do nosso aeroporto das Lajes?

Esta pronúncia está em consonância com o que foi já discutido e defendido no Conselho de Ilha no final do ano 2021. Resulta também de uma reivindicação do grupo parlamentar do PSD em sede própria e daquilo que tem vindo a ser anunciado pelo diretor da aerogare das Lajes. Eventualmente, foi também ontem noticiado o reforço de cruzeiros para os Açores.

Esta pronúncia consensual e unânime permitir-nos-á fazer mais e melhor pela nossa ilha, sendo certo que o melhor para nós será também o melhor para os Açores e para todos os açorianos.

Posto à votação, o documento foi aprovado por unanimidade e aclamação.

Sr. presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores.

Antes de concluirmos os nossos trabalhos, gostaria de vos dizer que não tenho nem terei por hábito, pronunciar-me sobre os assuntos trazidos à Assembleia para apreciação, discussão e votação mas acho que devo dizer duas ou três coisas nesta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, começando por destacar a singularidade e particularidade desta reunião e pelo tema que aqui nos trouxe que conseguiu reunir o consenso de todas as senhoras e senhores deputados municipais e também do senhor presidente da Câmara e dos senhores vereadores, algo muito importante que deve ser aqui assinalado porque todos aprendemos a dialogar e a criar consensos.

Quando assumi funções de presidente desta Assembleia, disse-vos que um dos meus objetivos seria tentar encontrar o maior número possível de consensos à volta dos interesses do concelho de Angra do Heroísmo, da ilha Terceira e naturalmente da região, e esta sessão da Assembleia foi bem o exemplo daquilo que gostaria de ver concretizado.

Quero, em nome da Mesa da Assembleia Municipal, agradecer todo o esforço, trabalho e empenho das senhoras e dos senhores deputados que estiveram envolvidos na elaboração e discussão deste documento que permitiu chegar a um consenso. Repito que todos nós aprendemos a encontrar consensos que vão ao encontro dos superiores interesses dos angrenses e de todos os terceirenses.

Quero mais uma vez agradecer a presença dos órgãos de comunicação social aqui presentes pela sua disponibilidade e esperar que o tratamento desta Assembleia se centre naquilo que é fundamental, que é a objetividade deste documento, independentemente das opiniões proferidas pelas diversas sensibilidades políticas. A prova de que estão em causa objetivos comuns, foi a aprovação deste documento por unanimidade.

Para terminar, gostaria ainda de referir que, após a sua entrega ao Governo Regional e na sequência das propostas dos grupos parlamentares do Partido Socialista e da coligação, espero que este documento seja também um instrumento de trabalho para o Conselho de Ilha, uma intenção que transmitirei ao senhor presidente.

Este é, de facto, um documento que marca a vontade expressa dos angrenses e dos terceirenses em geral em puxar a ilha Terceira para a centralidade da região nas várias áreas, económica, social, cultural e tudo o mais que envolva as pessoas, porque delas depende o desenvolvimento das comunidades.

Expresso aqui uma vez mais o meu agradecimento pelo trabalho desenvolvido pelas senhoras e pelos senhores deputados municipais. Agradeço também a colaboração da Câmara Municipal na pessoa do senhor presidente e das senhoras e dos senhores vereadores.

Esperemos que a continuidade dos nossos trabalhos e da nossa participação cívica neste órgão autárquico seja sempre em prol da defesa dos angrenses e da ilha Terceira. Muito obrigado a todos e tenham a continuação de um bom dia.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo por volta das 11h50m do dia 04 de fevereiro de 2022, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

A 1ª Secretária

Tânia Gil da Rocha Lemos